

IJ  
00428  
V.3



PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AREA DE INFLUENCIA  
DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE



FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

FEVEREIRO / 77

28

815-2

7

IJ00428  
649/1977  
V.3 EX:1

v.3





PROGRAMA DE INVESTIMENTO  
EM EDUCAÇÃO

FJSN

280  
5981  
6497  
7377  
981  
98152

SUMÁRIO

I) DIAGNÓSTICO

II) POLÍTICA DE AÇÃO

III) RECURSOS

ANEXO - Programa de Investimento - Síntese

## I) DIAGNÓSTICO

Na análise da situação do sistema de ensino do Estado, procurou-se observar o seu comportamento no período de 1971 a 1974 nos aspectos mais significativos para avaliar sua evolução nos diferentes graus de ensino.

### I.1 - Educação Pré-Escolar

Os problemas que determinam o perfil da educação pré-escolar podem ser assim resumidos:

- Elevado déficit de atendimento na zona urbana
- Total carência de educação pré-escolar na zona rural
- Deficiência de equipamentos e materiais nas pré-escolas da rede oficial
- Falta de um diagnóstico das reais possibilidades da comunidade e da população carente para se elaborar um programa integrado de desenvolvimento da educação pré-escolar
- Carências nutricionais de uma faixa dos educandos atendidos, sendo necessária a previsão de recursos adicionais para reforço da merenda, nas pré-escolas
- Carência de pessoal com treinamento específico em educação pré-escolar.

Tendo em vista a atual política educacional desenvolvida pelo MEC incluindo programas voltados para a educação pré-escolar, recomenda-se que sejam ampliados os recursos programados, quer por projetos quer por atividades, para expansão e melhoria do atendimento nessa área.

### I.2 - Ensino de 1º Grau

Em síntese, os principais problemas e pontos de estrangulamento do ensino de 1º grau são os seguintes:

- As taxas de crescimento demográfico reveladoras das tendências de urbanização no período 70/75 refletem um esvaziamento do meio rural com reflexos no setor educacional: escolas cada vez mais ociosas na zona rural; falta de vagas nas escolas localizadas nos centros urbanos.
- Da população da faixa etária de 7 à 14 anos, estimada para 1975, encontravam fora da escola:
  - 27.897 pessoas, na zona urbana
  - 88.150 pessoas, na zona rural
- A distorção idade/série é altamente verificada ao longo do 1º grau gerando grave estrangulamento do fluxo, tendo como origem:
  - repetências
  - entradas tardias
  - evasão de alunos
  - retorno de alunos evadidos.
- Seletividade do sistema evidenciada pela incidência de matrícula da população de 7 à 14 anos, por série, verificando-se acentuada diferença entre a 1ª série (35,2%) e a 8ª série (1,4%) ocasionada pela repetência que vem provocando um "inchaço" nas 1ªs séries e pela deserção que provoca o esvaziamento das últimas.
- Nas escolas de uma só sala de aula, na maioria rurais, verifica-se limitação na oferta de séries de escolaridade. Isto significa que um grande contingente da população escolarizável rural não possui sequer oportunidade de escolarização ao nível do antigo primário, estando a exigir um posicionamento de administração do ensino no que diz respeito ao cumprimento de disposição legal de oferecer, ao menos, terminalidade real antecipada. Por outro lado, a descontinuidade entre as quatro primeiras séries finais do 1º grau, influi sobre os níveis de aspiração de muitas famílias em relação à educação de seus filhos.
- Além das constatações de distorção entre a faixa de

idade de indivíduos que frequentam escola na zona rural e o número de séries de escolaridade (1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup>), o currículo não favorece às diversificações regionais.

- Pressupõe-se deficiências quanto à exigência legal da chamada da população em idade escolar pelos municípios, considerando que 26,8% da população escolarizável não frequenta escola, mesmo considerando que - parte dessa população esteja marginalizada em decorrência do estrangulamento do fluxo ao nível da 4<sup>a</sup> série ou de séries anteriores.
- Há no sistema, aproximadamente, 20.900 alunos fora da faixa de obrigatoriedade escolar, sobrecarregando o ensino regular de 1<sup>o</sup> grau, no horário diurno, dos quais 16.922 na rede oficial estadual.
- As taxas de escolarização em 1975, no Estado, estão muito aquém da meta global de 90% proposta no II PSCE:

média estadual	73,2
urbana	87,7
rural	57,3

- As medidas adotadas no período 72/74 para expansão de matrícula, concorreram mais para a melhoria das condições de atendimento, que propriamente expansão de vagas. A grande distorção entre o número de escolas construídas no período citado e aumento de matrículas no período 71/74 é um fenômeno que sugere a realização de estudos para se determinar as causas.
- Das 424 unidades pluridocentes da rede oficial estadual, somente 40 estão equipadas para oferecer a parte especial do currículo.
- Exceção feita a essas escolas, a rede estadual apresenta escassez quase generalizada de bibliotecas, laboratórios, equipamentos e materiais para as atividades de apoio pedagógico e ensino aprendizagem, concorrendo para a deficiência do ensino e dificultando a implantação de modelos curriculares.

- A qualidade do ensino é gravemente comprometida especialmente pela deficiência de qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo, estando a merecer o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento de recursos humanos.
- A falta de orientação das municipalidades dirigida à aplicação racional dos recursos financeiros legalmente destinados ao ensino de 1º grau e, desentrosamento até então, entre Estado e Município para uma ação educacional integrada, são responsáveis pela dispersão e duplicidade de recursos e iniciativas que, bem canalizados, só viriam beneficiar o ensino local e a mais rápida absorção, pelas municipalidades, de encargos e serviços de educação de 1º grau, no cumprimento de exigência legal.

### I.3 - Ensino de 2º Grau

Vendo-se os indicadores da situação do ensino de 2º grau, os problemas assim podem ser resumidos:

- Insuficiência e inadequação dos cursos oferecidos às necessidades do mercado de trabalho.
- Inadequação de instalações físicas.
- Carência de recursos financeiros e humanos e serviços auxiliares.
- Índice de pessoal docente habilitado que atue nesse nível de ensino insatisfatório (42.7) e a grande maioria atendendo a parte de formação geral do currículo.
- Condição funcional dos professores da rede oficial significativamente instável, pois, apenas 25.9% são efetivos.
- Carência de especialistas e pessoal administrativo para atuar ao nível de escola.
- Falta de articulação da SEDU com entidades privadas para estabelecimento de um conveniente programa de entrosagem e intercomplementaridade, voltada à implantação do ensino no profissionalização de 2º grau.

#### I.4 - Ensino Supletivo

Configurada a situação do ensino supletivo pode-se considerar os seguintes problemas e pontos de estrangulamento:

- Baixo grau de eficiência dos programas nacionais de Alfabetização Funcional, Educação Integrada e Projeto Minerva.

- Cursos de suplência obedecendo às diretrizes e normas de funcionamento do ensino regular sem qualquer abordagem metodológica que atenda ao tipo de clientela do ensino supletivo.

- Desarticulação entre os programas desenvolvidos pelo setor de ensino supletivo.

- Carência de material didático adequado ao tipo de ensino.

- Pessoal técnico e docentes sem o devido preparo para atuar com educação de adultos.

- Insuficiência de recursos financeiros.

- Subutilização dos meios de aprendizagem à distância.

- Atendimento e uma grande clientela de outros Estados nos exames supletivos.

#### I.5 - Educação Especial

Os principais problemas e pontos de estrangulamento são os seguintes:

- inexistência de um diagnóstico diferencial que possibilize avaliar o grau de deficiência das crianças suspeitas de portarem alguma excepcionalidade.

- insuficiência de pessoal especializado para expansão do atendimento.

- deficiência de materiais de ensino específicos, instalações e equipamentos adequados.

- deficiente ação pedagógica: é necessário definir metodologias adequadas às varias categorias de excep

cionais em classes comuns, de modo a beneficiar sua integração no sistema regular de ensino.

#### I.6 - Educação Física e Desporto Estudantil

Em síntese, os problemas emergentes dessa área de ensino são:

- Insuficiência de recursos humanos para interiorização da ação da educação física e do desporto estudantil.

- Insuficiência de instalações desportivas para expansão da educação física em todo o ensino de 1º e 2º graus.

- Desatualização dos professores, diretores e supervisores escolares em relação a nova proposta curricular de educação física.

#### I.7 - Ensino Superior

No período 71/74 a Rede Oficial Estadual de Ensino Superior atendeu às áreas de Farmácia e Bioquímica, Agronomia e Música ainda não oferecidas pela Universidade Federal e pelas redes municipal e particular de ensino superior do Estado.

Os cursos são ministrados em estabelecimentos isolados que se constituem órgãos de administração descentralizada com finalidades que lhe são própria, definidas por legislação específica.

Os cursos oferecidos pela Faculdade de Farmácia e Bioquímica objetivam a formação do Farmacêutico e do Farmacêutico-Bioquímico, de acordo com o currículo mínimo estabelecido pela Resolução nº 4169 do Conselho Federal de Educação.

De conformidade com a organização ditática da Faculdade os cursos estão estruturados em:

- Ciclo Básico ou Pré-Profissional
- Primeiro Ciclo de Formação Profissional (Farmacêutico)
- Segundo Ciclo de Formação Profissional (Farmacêutico-Bioquímico).

A matrícula em 1974 totalizava 118 alunos e o crescimento verificado sobre o ano de 1971 foi de 22,03%. O corpo docente da Faculdade é constituído de 37 professores detentores de cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização na área de ensino.

Tendo em vista os atuais objetivos do ensino superior no Brasil e a programação estabelecida pelo Governo Federal, para o setor, bem como as perspectivas de demanda do mercado de trabalho estadual e regional decorrentes do atual estágio de desenvolvimento do Espírito Santo, configura-se para a Faculdade a necessidade da elaboração de uma programação, com vistas à canalização de recursos financeiros e técnicos, que permitam, a curto e médio prazo:

- . Titulação, a nível pós-graduado, de professores para a adequada composição do quadro docente da escola;
- . Adequação do espaço físico, mediante a construção de novas dependências (laboratórios, salas de aula, farmácia piloto), bem como a ampliação e melhoria das já existentes (biblioteca, conjunto administrativo);
- . Criação de condições indispensáveis à pesquisa, mediante aquisição de novos equipamentos e extensão do regime de tempo integral a professores e pessoal técnico;
- . Reestruturação do currículo pleno para oferecimento, no curso de Farmacêutico-Bioquímico, das modalidades de "Fármaco e Medicamentos", "Alimentos" e "Análises Clínicas e Toxicológicas".

As atividades coordenadas pela Escola de Música resultam do seu currículo entendido pelo conjunto dos cursos oferecidos.

Pela variedade de habilitações proporcionadas busca-se tanto quanto possível vir de encontro às diferentes inclinações individuais através da formação profissional em curso preparatório de piano, violino, canto e teoria musical e bacharelado em curso superior de graduação em piano, violino e canto.

Além desses, a Escola oferece cursos de iniciação e preliminar em violino, violoncelo, trompa, flauta doce, canto e teoria musical.

A evolução do número total de matrícula no período 71/74 foi da ordem de 45,1%, considerando que em 1971 o corpo discente da Escola era de 171 alunos passando a contar com 312 em 1974.

A Escola possui um quadro de pessoal composto de 18 professores e 7 funcionários que desempenham funções de apoio.

Com relação às atividades artísticas e culturais, a Escola de Música, numa ação conjugada com a Fundação Cultural e o Centro de Artes da UFES, promove e/ou participa de concertos, recitais e seminários, proporcionando a difusão da cultura musical no Estado.

Apesar de ter sido autorizado o seu funcionamento em 1971 pelo Decreto nº 69.082, somente agora foi reconhecida pelo CFE, como Escola Superior de Música, com habilitações em instrumento - Violino e Piano - e em Canto, através do Decreto Lei nº 77.366 de 1º/4/76.

Consideradas as manifestações de ordem cultural, principalmente na música, a Escola se propõe expandir a oferta de matrícula nos cursos já oferecidos, bem como, implantar cursos de graduação em flauta transversa e contrabaixo.

O curso oferecido pela Escola Superior de Agronomia objetiva a formação de Engenheiros Agrônomos, apresentando, no período 71/75, a seguinte evolução da matrícula:

1971	46
1972	77
1973	110
1974	138
1975	163

O corpo docente da Escola Superior de Agronomia é constituído de 33 professores, dos quais 7 possuem Mestrado, 8 estão frequentando o Curso de Mestrado e os demais possuem especialização em diversas áreas.

Com a deferalização da Escola, prevê-se a absorção pela UFES até final de 1976. Entretanto, conforme compromisso assumido na Lei de doação, o Estado continuará a fazer repasse de recursos financeiros à UFES, no período de 2 anos.

Com a transformação da Escola em Centro Agropecuário da UFES, as perspectivas a médio e longo prazo, são voltadas para medidas de estruturação administrativa didática e científica e adequação de suas instalações face aos imperativos de permanente renovação tecnológica a que a administração da escola se propõe.

Os problemas que afetam as unidades de ensino superior, em particular, as Faculdades de Farmácia e Bioquímica e Escola Superior de Agronomia dizem respeito, principalmente às instalações físicas e equipamentos, áreas de experimentação e laboratórios para realização de estudos e pesquisas.

## II - POLÍTICA DE AÇÃO

### II.1 - Identificação de Prioridades.

Considerando que, no campo educacional, as necessidades são crescentes e complexas, as ações do sistema deverão convergir para os amplos objetivos manifestos no II PSEC e no IPDE:

- de aumento dos serviços educacionais
- de melhoria de qualidade desses serviços.

Obviamente, esses objetivos prendem-se a premissas básicas que dão "a ideia do homem que se quer formar e o modelo da sociedade da qual o homem é ao mesmo tempo fator e produto". E aqui se estabelece a ligação entre a política educacional e o esforço de desenvolvimento de uma sociedade plenamente desenvolvida.

É dentro dessa concepção global que as prioridades de ação da Secretaria de Estado da Educação são identificadas:

- PRIORIDADE I: Realizar a expansão do atendimento escolar da população na faixa de escolarização obrigatória, de 7 à 14 anos.
- PRIORIDADE II: Expandir a oferta de educação pré-escolar, na zona urbana, por ação direta da SEDU em integração com outros organismos, num esforço de minimizar o déficit de atendimento da população de 4 à 6 anos das áreas de maior carência social e econômica.
- PRIORIDADE III: Implantar o ensino profissionalizante de 2º grau de acordo com a realidade sócio-econômica e educacional do Estado, para atendimento da clientela de 15 à 18 anos.

- PRIORIDADE IV: Oferecer educação supletiva aos adolescentes e adultos que se encontram desintegrados ou sobrecarregando o ensino regular.
- PRIORIDADE V: Expandir a educação especial para suprir déficit de atendimento dos casos observados.
- PRIORIDADE VI: Expandir a prática de atividades físicas e desportivas, através de um programa escolar diversificado, por vezes extensivos à comunidade.
- PRIORIDADE VII: Induzir elementos de inovação e renovação tecnológica nas atividades - fim e nas atividades - meio do sistema educacional.
- PRIORIDADE VIII: Dar execução à programação de municipalização do ensino de 1º grau, na zona rural, dentro de uma política de racionalização de recursos humanos, físicos e financeiros utilizados em educação.
- PRIORIDADE IX: Apoiar o sistema de ensino superior da rede oficial estadual, de sorte que o ensino neste nível, se desenvolva em instituições melhor adequadas do ponto de vista didático - científico.

## II.2 - Estratégias de Ação

Para estabelecimento da programação a ser desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação, serão considerados os problemas e pontos de estrangulamento detectados e as situações peculiares dos diversos setores da atividade educativa, em função dos quais foram identificados as prioridades do sistema.

As estratégias de ação serão, por conseguinte, formuladas por programa e consubstanciarão as alternativas a serem seguidas, por definição do poder decisório. Convém salien

tar que as ações preventivas e corretivas propostas, maximizadas do desempenho do sistema, objetivarão o atingimento de resultados parciais do conjunto de metas a serem perseguidas no triênio 1977/1979.

PROGRAMA: EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A busca de soluções operacionais de atendimento ao pré-escolar, funda-se nas diretrizes seguintes:

- a) ações por iniciativa da SEDU direcionadas a uma faixa da população de maior carência, no sentido da integração socio-pedagógica do pré-escolar ao ensino regular.
- b) estabelecimento de um clima favorável de ação conjunta e integrada entre as várias instituições e organismos que desenvolvem diferentes tipos de atendimento ao pré-escolar, evitando-se duplicidade de esforços ou atuação de forma isolada;
- c) soluções essencialmente integradas com envolvimento da própria comunidade e grande esforço do poder público no sentido da expansão da oferta.

A adoção dessa linha de ação pressupõe um planejamento operacional integrado para atendimento às deficiências de saúde, nutricionais e educacionais à pré-escolares na faixa etária prioritária, com base em:

- Estabelecimento de áreas preferenciais de atuação;
- Adoção de critérios de seleção da clientela na faixa prioritária de 4 a 6 anos, onde a procura fôr superior à oferta;
- Identificação do nível de atendimento ao pré-escolar no âmbito de cada órgão ou entidade co-participante do programa;
- Identificação e utilização de recursos disponíveis na comunidade para expansão da oferta;

- Otimização dos recursos físicos e humanos existentes;
- Participação da comunidade nos serviços voluntários junto às pré-escolas, para que se torne cada vez mais responsável pela tarefa de cuidar e assistir à criança;
- Preparação de recursos humanos para engajamento no programa;

A estratégia acha-se definida em função do objetivo de expansão da oferta na educação pré-escolar, consubstanciado na prioridade II, deste Plano, e em função das seguintes ações corretivas a serem seguidas:

- 1 - Adequação e equipamento de centros comunitários para funcionamento de centros de atendimento ao pré-escolar.
- 2 - Ampliação e equipamento de pré-escolar da rede oficial estadual visando aumentar a oferta a clientela prioritária.
- 3 - Utilização de espaços físicos e horários ociosos ou subutilizados nos estabelecimentos pré-escolares e de 1º grau.
- 4 - Capacitação de recursos humanos da escola e da comunidade para funções específicas no campo da educação pré-escolar, incluindo a educação da família do pré-escolar através de cursos e tarefas para mães.
- 5 - Provisão de materiais aos centros de atendimento ao pré-escolar para as atividades de ensino-aprendizagem.
- 6 - Provisão de alimentação escolar supletiva e de assistência médico-odontológico ao pré-escolar.

PROGRAMA: ENSINO DE 1º GRAU

A expansão da oferta no ensino de 1º grau, está diretamente relacionada:

a) às medidas essenciais à gradativa solução do problema de déficit de escolarização da clientela na faixa etária obrigatória;

b) à execução da programação de municipalização do ensino de 1º grau, na zona rural, dentro de uma política de otimização de recursos humanos, físicos e financeiros utilizados em educação;

c) à continuidade de implantação do ensino de 1º grau, completo ou com terminalidade real antecipada, garantida a preservação e melhoria da qualidade do ensino oferecido;

d) à identificação dos polos de maior pressão de demanda e maior concentração de estrangulamento do fluxo escolar.

Evidentemente, as medidas corretivas para normalização do fluxo escolar redundarão em redução da demanda nas séries iniciais e expansão nas séries finais do 1º grau. Por conseguinte, o esforço da administração do sistema no sentido de ampliação de novas vagas permitirá a expansão da oferta de oportunidades educacionais, ao nível das séries finais do 1º grau.

Nesse contexto, a busca de soluções operacionais se baseia em:

- Chamada da população escolar de 7 à 14 anos realizada anualmente. Considerando a incapacidade atual do sistema, de oferta ao nível das séries finais do 1º grau, a faixa estabelecida, inicialmente, é a de 7 à 10 anos.

- Remanejamento de alunos com mais de 16 anos, matri

culados no ensino de 1º grau diurno, da rede oficial estadual, onde houver pressão de demanda, para encaminhamento a cursos e exames supletivos visando ao aumento de oportunidades educacionais para os que se encontram na faixa de escolarização obrigatória.

- Organização da matrícula nas séries iniciais do 1º grau pela adequação da faixa etária, com tolerância de um ano de defasagem em relação à série escolar.
- Organização de classes especiais com crianças em defasagem idade/série, nas quatro primeiras séries, nos polos de maior pressão de demanda.
- Oferta obrigatória da 2ª série do 1º grau, em todas as escolas rurais, objetivando a expansão gradativa da escolaridade ao nível da 4ª série e implantação da terminalidade real antecipada.
- Melhoria do fluxo de alunos da 1ª para a 2ª série do 1º grau, pelo desenvolvimento e utilização de processos, técnicas e materiais de ensino específicos.
- Adoção de um currículo simplificado para crianças em defasagem idade/série, objetivando:
  - aumentar expectativas em torno do progresso individual dos alunos
  - corrigir, gradativamente, as distorções do sistema;
  - atender ao fluxo normal de matrícula.
- Aperfeiçoamento dos currículos visando o ajustamento dos conteúdos às exigências do processo ensino aprendizagem.
- Adoção de metodologias que visem agilizar o processo de aceleração da aprendizagem dos alunos desajustados em relação à faixa etária/seriação correspondente.
- Ampliação da ação pedagógica nas escolas.

- Adoção de métodos, técnicas, medidas e providências práticas e objetivas visando a redução dos índices de evasão e repetência.
- Otimização da capacidade instalada do sistema.
- Expansão do parque escolar rigorosamente planejada e indicada nas situações de absoluta carência ou impropriedade de instalações para atendimento da demanda.
- Registro atualizado das necessidades constatadas de adaptações, recuperação e aparelhamento de prédios escolares para melhoria das condições de atendimento.
- Adoção de mecanismos ágeis para acelerar o processo de construção, recuperação e conservação de escolas estaduais, com participação do administrador escolar em tarefas de fiscalização no andamento e qualidade dos serviços.
- Entrosamento SEDU - Instituições Privadas para estabelecimento de intercomplementaridade ou compra de serviços educacionais.
- Planejamento integrado Estado-Município, visando autorizar a recuperação e aparelhamento de prédios escolares da zona rural que possuam estrutura para funcionamento.
- Estudos, ao nível de município, para detectar problemas locais relacionados à implantação do ensino de 1º grau.
- Aperfeiçoamento do processo de municipalização do ensino rural, deflagrado em seis municípios.
- Intensificação de medidas para expansão do processo de municipalização nos municípios que já se encontram com serviços de educação organizados.

- Desenvolvimento de iniciativas relativas à estrutur  
ração do órgão municipal de educação, nos municípi  
os remanescentes.
- Entrosamento com a comunidade dinamizando ações que  
possibilitem a sua interação com a escola.
- Aproveitamento de recursos da comunidade para recu  
peração de equipamentos depreciados.
- Incentivo aos proprietários rurais no cumprimento  
de suas responsabilidades face à educação.
- Previsão, pelo município, no seu orçamento, de recur  
sos para o desenvolvimento do ensino de 1º grau, em  
observância aos limites mínimos fixados em lei.
- Previsão, no orçamento do Estado, de recursos para o  
desenvolvimento de projetos educacionais, na zona  
rural.

A estratégia acha-se definida em função dos objetivos de expansão e melhoria do atendimento no 1º grau da população na faixa de escolarização obrigatória e de agilização do processo de municipalização do ensino rural, consubstanciado nas prioridades I, VII e VIII, deste plano e em função das seguintes ações corretivas a serem seguidas:

1. Reorganização de parque escolar para otimização dos recursos físicos e humanos e extensão da oferta ao nível das oito séries do 1º grau, nos polos de maior pressão de demanda.
2. Adequação, recuperação e aparelhamento de prédios incluídos em esquemas de reorganização do parque escolar, objetivando integração do ensino nas sé  
ries iniciais com as séries finais do 1º grau, pa  
ra oferta do currículo pleno.
3. Implementação de mecanismos de organização interna do sistema de ensino para normalização do fluxo:

- Remanejamento de alunos com mais de 16 anos, do ensino regular para o ensino supletivo.
  - Organização de classes especiais de aceleração dos estudos para alunos em defasagem idade/série.
4. Construção, ampliação e equipamento de unidades escolares onde se constatar déficit e/ou deficiência de instalações para atendimento da demanda.
  5. Aquisição de vagas em estabelecimentos da rede particular.
  6. Recuperação e aparelhamento de prédios escolares objetivando melhorar as condições de atendimento da clientela.
  7. Capacitação de professores, supervisores e diretores, através de cursos de aperfeiçoamento e atualização em metodologias adequadas para alfabetização e condução do ensino em classes de 1<sup>a</sup> série; em desenvolvimento de modelos curriculares para crianças em defasagem idade-série agrupadas em classes especiais, objetivando melhorar os padrões de qualidade do ensino.
  8. Capacitação de pessoal docente não titulado das escolas rurais através de cursos, de promoção conjunta SEDU-Município.
  9. Habilitação de diretores e supervisores, através de esquemas de curta duração para composição do quadro de pessoal técnico das escolas.
  10. Treinamento do pessoal técnico dos municípios objetivando dar condições para implantação do planejamento técnico e pedagógico da ação educacional municipal.
  11. Provisão de material didático mínimo para desempenho das atividades de apoio pedagógico e de ensino-aprendizagem.

PROGRAMA: ENSINO DE 2º GRAU

Para estabelecimento de uma linha de ação voltada para a solução do problema de implantação do ensino de 2º grau, consoante nossa realidade, vale considerar:

A oferta de habilitações para a clientela total de 2º grau é insuficiente estando, portanto, grande parte do alunado ainda sob regime anterior à reforma de ensino, em dificuldade de proceder o registro de seus certificados.

A proliferação de habilitação no setor terciário, de menor custo operacional, nem sempre atende às necessidades do mercado de trabalho.

A implantação de habilitações no setor secundário é dificultada pelo custo oneroso de instalações e carência de professores habilitados para as disciplinas profissionalizantes.

A profissionalização deve ser não somente como uma subordinada à procura de mercado de trabalho, mas como uma intervenção ativa da educação no sistema econômico, atendendo aos interesses dos alunos e às mãnifestações espontâneas das tendências ambientais da escola.

Em qualquer estágio de desenvolvimento educacional não se permite que setores envolvidos na mesma problemãtica, tenham seus problemas desvinculados. Isto vem ocorrendo e, em particular, em relação à implantação do ensino do 2º grau, pelo descompasso entre as necessidades crescentes de professores habilitados para os cursos profissionalizantes e iniciativas das unidades de prestação de serviços educacionais de nível superior, nesse aspecto.

Nesse sentido, a implantação do ensino profissionalizante de 2º grau para a clientela prioritária de 15 à 18 anos,

levará em conta:

- a) diversificação das ofertas e melhoria da qualidade das habilitações oferecidas no setor terciário;
- b) abertura de opções no setor secundário, recomendada, inicialmente, nos polos de desenvolvimento industrial;
- c) abertura de opções no setor primário nos polos de desenvolvimento agro-pecuário, pelo aproveitamento de instalações existentes,

observadas as seguintes diretrizes:

- . Aperfeiçoamento de estudos de mercado de trabalho e de perfis profissiográficos para orientação do planejamento de novas modalidades profissionalizantes;
- . Oferta de novas modalidades profissionalizantes com base nos estudos de mercado e nas conclusões da sondagem de interesses, realizada por amostragem, pela equipe de currículo;
- . Adequação da oferta e do nível das habilitações profissionais às necessidades locais e aos planos de desenvolvimento do Governo Estadual;
- . Opção por polos de desenvolvimento industrial e agropecuário para implantação de cursos dos setores secundário, primário, respectivamente;
- . Gradatividade de implantação, por série, até atingir em 1979 a implantação total do curso ou habilitação, favorecendo a que o sistema capacite recursos humanos necessários;
- . Elaboração de currículos das habilitações profissionais, atendendo às tendências da economia e dos perfis profissionais correspondentes;
- . Melhoria dos padrões de qualidade da parte de formação geral do currículo mediante o aperfeiçoamento de professores em exercício, absorção de pessoal docente habilitado e adequação de instalações;
- . Melhoria dos padrões de qualidade dos atuais cursos profissionalizantes do setor terciário, pela adequação de instalações, habilitação ou aperfeiçoamento de professores;

- . Ênfase na cooperação UFES-SEDU para realização de estudos de viabilidade de implantação, a curto prazo, de cursos de habilitação em disciplinas de parte de formação profissional do currículo do setor secundário;
- . Estabelecimento de regime de intercomplementariedade, objetivando o desenvolvimento do currículo pleno;
- . Expansão da oferta de matrícula pela utilização da capacidade instalada ociosa na rede oficial e pela compra de serviços educacionais à rede particular;
- . Admissão de novas construções escolares quando não houver viabilidade de ampliação ou adaptação das unidades escolares e de aproveitamento de outros recursos existentes na comunidade;
- . Desenvolvimento de mecanismos de articulação com o setor empresarial buscando ajustamento entre o sistema educacional e as necessidades do mercado de trabalho;
- . Ampliação da ação técnico-pedagógica nas escolas;
- . Aperfeiçoamento e ampliação dos programas de formação e atualização de recursos humanos visando à melhoria dos padrões de desempenho de funções técnicas, docentes e administrativas, nas escolas.

A estratégia acha-se definida em função dos objetivos de melhoria dos padrões de oferta e implantação do ensino profissionalizante de 2º grau para a clientela prioritária de 15 a 18 anos, de acordo com a realidade sócio-econômica e educacional do Estado, consubstanciado nas prioridades III e VII, desde plano, em função das seguintes ações corretivas a serem seguidas:

- 1 - Adequação de instalações para melhorar a parte de formação geral e especial oferecida pela escola.
- 2 - Adequação de instalações para oferta de novas opções profissionalizantes, objetivando diversificar e ajustar a oferta aos interesses da cliente e aos imperativos de desenvolvimento regional.
- 3 - Recuperação e reequipamento de unidades escolares de 2º grau para melhoria das condições de atendi

mento escolar.

- 4 - Compra de serviços educacionais à instituições privadas para oferta de habilitações profissionalizantes para a clientela da rede oficial.
- 5 - Construção de unidades escolares para expansão de ofertas profissionalizantes na área industrial da Grande Vitória.
- 6 - Capacitação de recursos humanos nas disciplinas de maior carência de pessoal habilitado.
- 7 - Atualização de professores, supervisores e diretores de escolas em inovações curriculares.

#### PROGRAMA: ENSINO SUPLETIVO

O ensino supletivo apresenta três ordens de problema: a baixa produtividade; a necessidade de ampliação dos serviços educacionais à população não atendida pelo ensino regular; as dificuldades de incorporar e reter grupos sociais que, por fatores etários, culturais e sociais se encontram menos motivados para o processo.

Conseqüentemente, as iniciativas em relação ao ensino supletivo, além de darem continuidade aos programas nacionais e de âmbito do Estado, devem conduzir com prioridade:

- a) à solução de ordem qualitativa;
- b) à ofertas alternativas ao aluno atendido pelo ensino regular que, por medidas de correção das disfunções que concorrem para o estrangulamento do fluxo, deva ser submetido à ação supletiva.

Nessa linha de ação, a busca de soluções operacionais se baseia em:

- . Continuidade de oferta e melhoria de cursos por via direta procurando imprimir ações para maior produtividade desses cursos.

- . Oferta de exames de qualificação e semi-qualificação profissional em modalidades do setor secundário e terciário.
- . Desenvolvimento de mecanismos de articulação com instituições e organismos que desenvolvem modalidades de ensino supletivo.
- . Desenvolvimento de iniciativas destinadas à melhoria do produto oriundo dos cursos por via radiofônica, em convênio com MEC/Projeto Minerva.
- . Oferta do curso "João da Silva", via televisão, ao nível das quatro primeiras séries do 1º grau.
- . Revisão do planejamento dos exames supletivos visando superar os problemas emergentes de sua realização e objetivando suprir déficit de escolarização regular da clientela existente no sistema estadual.
- . Preparação de recursos humanos com vistas à melhoria da qualidade dos cursos oferecidos.
- . Oferta de oportunidades alternativas de ensino supletivo, através de cursos e exames, para absorção da clientela do ensino regular de 1º e 2º graus fora da faixa própria.
- . Ampliação da utilização de metodologias e técnicas de ensino-aprendizagem através de centros de estudos e meios de comunicação à distância.
- . Adequação de currículos e metodologia destinados a adolescentes e adultos, atendidos pelo ensino supletivo.
- . Ampliação da ação técnico-pedagógica nos cursos supletivos.

A redução dos pontos de estrangulamento no ensino su

pletivo pressupõe o desenvolvimento de novas formas de ação na busca de procedimentos e métodos para melhorar os padrões de qualidade.

A estratégia acha-se, pois, definida em função dos objetivos de oferta de educação supletiva aos indivíduos desintegrados do ensino regular e da melhoria da qualidade desta oferta consubstanciada nas prioridades IV e VII e em função das seguintes ações corretivas a serem seguidas:

- 1 - Adaptação e equipamento de instalações para implantação de centros de estudos supletivos objetivando oferta de cursos via instrução personalizada.
- 2 - Aperfeiçoamento de recursos humanos em tecnologias de ensino-aprendizagem adequadas a adolescentes e adultos, nas modalidades de cursos oferecidos.
- 3 - Provisão de material didático específico.
- 4 - Realização de cursos e exames supletivos de formação geral para expansão da oferta ao maior número possível de adolescentes e adultos.
- 5 - Realização de exames de qualificação profissional, para indivíduos que já exerçam a profissão por um período mínimo de dois anos, em modalidades definidas com base em manifestações de interesse.

#### PROGRAMA: EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na área da educação especial as ações são direcionadas para:

- a) expansão da oferta a todos os casos de excepcionalidades observados, nos estabelecimentos de ensino, visando sua integração ao ensino regular;
- b) estudos de viabilidade de atendimento ao superdotado e aos que apresentam problemas de conduta.

Esforços serão concentrados para que sejam observadas as seguintes diretrizes:

- . Ampliação do atendimento aos excepcionais, às séries terminais do 1º grau e, progressivamente, ao segundo grau e superior;
- . Oferta de treinamento ocupacional e integração de excepcionais no mercado de trabalho;
- . Estabelecimento de cooperação técnica entre SEDU e Secretaria de Estado da Cultura e Bem Estar Social e da Justiça com vistas ao atendimento ao recluso e às crianças e adolescentes portadores de problemas de conduta, assistidos pelos respectivos organismos;
- . Entrosamento com a Secretaria de Estado da Saúde para atendimento a excepcionais carentes.
- . Oferta de bolsas de estudo para especialização do pessoal técnico e docente nas diferentes áreas de excepcionalidade visando a ampliação e melhoria do atendimento em educação especial.
- . Estabelecimento de convênios com instituições particulares especializadas com vistas à ampliação do atendimento.
- . Implantação de classes de educação especial nos municípios onde não há atendimento nessa área.
- . Expansão do atendimento a outras áreas de excepcionalidade.
- . Realização de estudos para implantação no sistema, de atendimento ao superdotado e aos portadores de problemas de conduta.
- . Preparação de pessoal docente através de cursos de aperfeiçoamento, visando a expansão do atendimento e melhoria da qualidade do ensino oferecido.

A estratégia está definida em função do objetivo de expansão da educação especial consubstanciada na prioridade V e em função das seguintes ações corretivas a serem seguidas:

1. Adaptação e aparelhamento de salas especiais com equipamento técnico específico para ampliação da rede de classes especiais em estabelecimentos de ensino de 1º grau nas localidades onde for constatada maior incidência de excepcionalidade.
2. Aperfeiçoamento de pessoal docente para atender a demanda da expansão da oferta.

PROGRAMA: EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO ESTUDANTIL

Na área da educação física e do desporto estudantil as ações serão orientadas para:

- a) aprimoramento das técnicas e instrumentos de ensino;
- b) expansão das oportunidades em termos de aluno atendido.

Para a consecução dos objetivos expressos nas prioridades VI e VII serão adotadas as seguintes diretrizes:

- . Expansão e melhoria das instalações desportivas.
- . Expansão e melhoria do equipamento e do material para apoiar a execução de programas de educação física, esporte e recreação em todo o Estado.
- . Implementação do mecanismo de convênios escola-clubes para o uso das instalações esportivas dos clubes aos níveis estudantis.
- . Implantação de ação técnico-pedagógica na área de educação física.
- . Organização, apoio e incentivo às competições des

portivas dentro e fora do Estado e atividades recreativas.

- . Melhoria dos padrões de desempenho do pessoal docente através do oferecimento de cursos de treinamento.
- . Orientação aos professores e alunos para melhor utilização dos recursos naturais para a prática das atividades físicas: espaços livres, áreas verdes, - praias e outros.

A estratégia está definida em função dos objetivos de expansão da prática de atividades físicas e desportivas e melhoria quantitativa do ensino consubstanciados nas prioridades VI e VII deste plano e em função das seguintes ações corretivas a serem seguidas:

1. Construção e melhoria das instalações desportivas e recreativas nas unidades escolares.
2. Construção de módulos, quadras, minipistas visando o atendimento integrado da educação física e desporto estudantil, na comunidade.
3. Equipamento e reequipamento de instalações desportivas para desenvolvimento do currículo das escolas.
4. Atualização de recursos humanos nas inovações curriculares.

#### PROGRAMA: ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

A assistência ao educando é considerada como apoio indispensável à melhoria do rendimento externo e eficácia interna do sistema educativo, pois que:

- a) proporciona meios que facilitam o ingresso, permanência e progresso do educando, no sistema;
- b) incide na elevação da qualidade do ensino;
- c) proporciona aos educandos condições básicas indispensáveis à sua efetiva participação no processo

educacional;

Nessa ótica, as soluções operacionais se apoiam nas seguintes diretrizes:

- . Expansão e melhoria da oferta de alimentação escolar supletiva aos educandos carentes das pré-escolas e do 1º grau.
- . Reforço da alimentação escolar supletiva nos centros de atendimento aos pré-escolares mais carentes e aos alunos do 1º grau incluídos em projetos de melhoria dos índices de alfabetização e de correção da defasagem idade/série.
- . Assistência médico-sanitária aos alunos mais carentes pré-escolares, de 1º grau e portadores de excepcionalidades, em entrosamento com a Secretaria de Saúde.
- . Realização de estudos com a participação da Secretaria da Saúde e órgãos de assistência à infância, com vistas a um programa integrado de assistência médico-sanitária de modo a incentivar a formação de comportamentos e atitudes de higiene e preservação saúde.
- . Oferta de bolsas para custeio de estudos dos alunos mais carentes de 1º e 2º graus, nas faixas próprias de escolarização, que não puderem ser atendidos pela rede pública.
- Distribuição de livros didáticos através de F.N.L., aos alunos carentes de 1º grau, das escolas urbanas e rurais, visando oferecer melhores condições de ensino-aprendizagem.
- . Ajuda financeira às Caixas Escolares deficitária e registradas na SEDU para distribuição de uniformes e materiais escolares aos alunos mais carentes.

PROGRAMA: ENSINO SUPERIOR

Na área do ensino superior, as ações estão direcionadas para os aspectos:

- a) pedagógicos, núcleo de toda a renovação do ensino;
- b) físicos, garantindo adequabilidade das condições em que se operam as atividades de ensino-aprendizagem;
- c) organizacionais que garantem uniformidade de procedimentos e operações.

Por conseguinte, esforços serão concentrados para que sejam observadas as seguintes diretrizes:

- . Oferta de novas modalidades de cursos e melhoria das condições atuais de funcionamento das escolas.
- . Implantação de estruturas de apoio e de assessoramento pedagógico às instituições de ensino superior.
- . Oferta de oportunidades de formação de pessoal docente em cursos de pós-graduação para adequada composição do quadro da escola.
- . Oferecimento de condições favoráveis à realização de estudos, pesquisas e experimentação de métodos de ensino-aprendizagem.
- . Reestruturação de currículos para melhorar e expandir a oferta de modalidades de cursos e atender às crescentes necessidades científicas, tecnológicas e culturais.
- . Canalização de recursos financeiros para desenvolvimento do ensino superior.

A estratégia está definida em função do objetivo de apoio ao ensino superior, consubstanciado na prioridade IX e

em função da seguinte ação corretiva a ser seguida:

1. Construção, adequação e equipamento de instalações dos estabelecimentos de ensino superior, a fim de dotá-los de condições indispensáveis ao seu funcionamento, à oferta de novas modalidades de curso e à realização de estudos, pesquisas e experimentações.

#### PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

A procura de soluções operacionais para o desempenho ótimo do sistema, funda-se nas seguintes diretrizes:

- a) dinamização das funções de planejamento, coordenação e controle do sistema de educação.
- b) Adoção de mecanismos ágeis de execução de planos, programas, projetos e atividades técnico-pedagógicas e administrativas.
- c) Descentralização das atividades técnicas e administrativas, observados os princípios, normas e legislação específica, posta em prática através dos Núcleos de representação regional.
- d) Fortalecimento da cooperação SEDU e organismos e instituições do governo e da iniciativa privada para desenvolvimento do ensino nos diversos graus e modalidades.

Nesse sentido, buscar-se-á superar as deficiências e corrigir os estrangulamentos, direcionando as ações em função do objetivo de inovação e renovação, tecnológica nas atividades meio do sistema educacional, consubstanciado na prioridade de VII deste plano:

- . Implantação da modernização administrativa na área da SEDU.

- . Definição, ao nível de Secretaria do Planejamento, quanto à localização dos núcleos de representação regional e agilização do processo de implantação desses núcleos para efetivação das ações de descentralização técnico-administrativa da SEDU.
- . Identificação das causas de estrangulamentos na administração central e adoção de novas formas de ação técnico-administrativa.
- . Análise dos entraves burocráticos decorrentes das rotinas existentes, de forma que os órgãos de direção superior se concentrem nas funções de planejamento, supervisão, orientação, coordenação e controle.
- . Definição dos problemas estruturais existentes na SEDU.
- . Otimização do desempenho técnico-administrativo ao nível central e regional.
- . Melhoria da infraestrutura física e de pessoal da administração central e regional, no setor educacional.
- . Elaboração e execução de projetos para operacionalização dos diferentes sistemas e mecanismos da área técnico-administrativa da educação.
- . Treinamento de pessoal técnico-administrativo da administração central e regional.
- . Aperfeiçoamento do sistema de informações técnicas do interesse do planejamento educacional, e da administração do sistema de educação ao nível central e regional.
- . Realização de estudos sobre a qualidade dos serviços educacionais próprios do sistema.

Efetivação de estudos para automatização progressiva dos serviços de acentuado congestionamento.

Definida a estratégia de ação, por programa prioritário, vale destacar:

A. Os projetos financiados pelo Governo Federal trazem definidas as linhas de ação a seguir, em documento submetido às unidades federadas pelos respectivos órgãos do MEC, para orientação à equipe de planejamento na elaboração dos projetos de aplicação de recursos.

Considerando que apenas determinadas metas são passíveis de financiamento, por recursos federais, é indispensável a previsão de recursos de âmbito estadual para cobrir custos das ações programadas, no limite das restrições representadas pelos recursos disponíveis.

B. Toda ação programada, neste plano, é coordenada pela SEDU tendo, nos demais órgãos do governo envolvidos, nos setores da iniciativa privada e no município, co-participantes no planejamento e na execução ou, ainda, responsáveis diretos na execução.

A articulação se faz, principalmente, através do mecanismo de convênio, precedido de entendimentos oficiais ou verbais na fase de planejamento das ações.

## PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

Os programas prioritários são indicados por área de ação.

### A. Área técnico-pedagógica:

- . Educação Pré-Escolar
- . Ensino de 1º Grau
- . Ensino de 2º Grau
- . Ensino Supletivo
- . Educação Especial
- . Educação Física e Desporto Estudantil
- . Ensino Superior

### B. Área de Apoio:

- . Administração e Planejamento
- . Assistência ao Educando

### III) RECURSOS

#### III.1 - Aparelhamento Institucional e Organizacional

a rigor, a SEDU não dispõe de infra-estrutura capaz de suportar e racionalizar o volume de empreendimentos que lhe estão afetos. Falta-lhe infra-estrutura física; carece, em regime de urgência, de uma profunda reorganização interna e, no que diz respeito à infra-estrutura de recursos humanos, é inadiável a efetivação de uma análise ocupacional e promoção de treinamento operacional, sobretudo no setor administrativo. No setor técnico faz-se necessária uma redefinição de postos de trabalho ao nível central e regional para garantir padrões satisfatórios de planejamento e execução das ações de responsabilidade de setores, nesses níveis.

Do ponto de vista institucional, está bem configurada como órgão responsável pela execução da política educacional do Governo, vez que o aspecto cultural não vinha merecendo o tratamento necessário, se constituindo em mais uma preocupação da Pasta já assoberbada e impotente para conduzir, a bom termo, o desenvolvimento educacional.

Do ponto de vista organizacional, alguns aspectos de relevância necessitam ser postos em prática:

a) a descentralização das funções de coordenação, ao nível de execução programática, por área de atuação: técnico pedagógica, organização escolar, educação física e desporto, assistência ao educando. Nesse nível deve ser evitada a diluição de funções em pequenas chefias para que se possa recrutar pessoal técnico de melhor qualificação. Destaca-se aqui, que a vinculação da coordenação do ensino com unidades de execução é de natureza essencialmente técnica e pedagógica, não cabendo cogitar em relacionamentos de ordem administrativa. A função de coordenação, nesse nível estabelece seu próprio controle interno cuja finalidade é garantir que as unidades de execução tornam operacionais as diretrizes emanadas do planejamento.

b) a descentralização técnica e administrativa, ao nível dos núcleos de representação, com efetiva capacidade gerencial.

c) a explícita competência atribuída às unidades, nos diversos níveis para evitar superposições, ações paralelas, omissões, discrepâncias e garantir o relacionamento dos componentes do sistema.

d) a automatização progressiva dos serviços de acentuado congestionamento dos setores administrativos e financeiros.

e) a organização de um programa racional de coleta, apuração, arquivo e divulgação de informações técnicas para apoio ao planejamento e aos demais setores da administração do sistema.

### III.2 - Recursos Humanos

Na busca de consecução plena dos objetivos deste Plano, a SEDU, através do setor próprio, deve planejar e coordenar ações que visam aprimorar as condições profissionais e o desempenho do pessoal envolvido na dinâmica educacional, dentro de uma política fundamentada na resposta aos interesses e aspirações manifestas pelo pessoal docente, técnico e administrativo, na diversificação de tecnologias e métodos de trabalho e no padrão de desempenho aspirado para sistema educacional.

É fundamental o estabelecimento de um planejamento integrado Universidade-SEDU, no sentido de promoção de cursos para atender localidades e disciplinas de maior carência de professores.

Nesse sentido, um programa de treinamento deve prever:

a) Aperfeiçoamento e oferta de cursos de habilitação em nível de pós-graduação para o pessoal técnico de administração central.

b) Habilitação, aperfeiçoamento e atualização de supervisores regionais e escolares e diretores de escolas.

c) Habilitação de professores de Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Artística e em disciplinas da parte de formação especial do currículo de 1ª e 2ª graus.

d) Aperfeiçoamento e atualização de professores do ensino regular, supletivo, educação especial e pré-escolar.

e) Treinamento do pessoal administrativo da administração central, regional e escolar.

f) Oferta de cursos, em nível de pós-graduação ou aperfeiçoamento, em Demografia e Estatística, para técnicos de equipe de planejamento da SEDU.

Os problemas do sistema educacional no que se referem ao pessoal técnico e docente para execução de projetos e atividades da programação do SEDU, situam-se, basicamente:

a) na incorporação do pessoal que exerce funções técnicas, habilitados por iniciativa própria ou através de cursos promovidos pela SEDU, nos níveis correspondentes a sua qualificação previstos no Estatuto do Magistério, a saber:

Nível C	-	200 supervisores
Nível E	-	200 supervisores, inspetores e orientadores educacionais
Nível F	-	20 supervisores
Nível G	-	20 supervisores

b) na absorção, na função específica, de 200 administradores escolares especialmente habilitados em cursos de curta duração promovidos pela SEDU e dos que possuem licenciatura plena.

c) na oferta de condições financeiras para atração à força de trabalho de aproximadamente 3.000 professores de 1ª

grau, do substancial contingente habilitado disponível para suprir as necessidades das escolas de 1º grau, sobretudo, das localizadas na zona rural.

d) no enquadramento do pessoal docente efetivo, de acordo com o nível de qualificação previsto no Estatuto do Magistério, cujo total deverá ser fixado oportunamente, por absoluta carência de dados atualizados.

e) no enquadramento do pessoal técnico que atua na área de planejamento educacional.

Na falta de pessoal, quer por insuficiência de habilitação, quer por falta de atrativo financeiro, a SEDU supre déficit mediante o recrutamento de pessoal não habilitado, comprometendo, dess'arte, o bom desempenho do sistema.

Considerando o estágio de apatia e de imagem de subproduto em que é visto pessoal de magistério perante a opinião pública, deve-se promover, com prioridade, a valorização profissional dos recursos humanos de magistério, no sentido de reabilitar sua imagem e devolver-lhe o prestígio merecido.

Idêntico tratamento deverá ser dispensado ao pessoal administrativo, proporcionando-lhes uma visão mais ampla dos fatores que interferem no desenvolvimento de seu trabalho e o papel que desempenha no contexto do aperfeiçoamento do sistema educacional.

Nesse sentido, algumas ações devem ser operacionalizadas:

Quantificação das necessidades imediatas e adoção de providência administrativas para suprir deficiências de pessoal para atuar no sistema.

Regulamentação do Estatuto do Magistério com vistas à implantação de benefícios de ordem financeira e profissional.

Estabelecimento de condições que permitam a formação, atualização e aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e administrativo.

Introdução de dispositivos regimentais da SEDU, que evitem a sub-utilização do pessoal docente, técnico e administrativo a nível de escola e a nível de sistema.

Adoção de medidas que visem proporcionar condições satisfatórias de trabalho de modo a estimular o aperfeiçoamento profissional e a reduzir a mobilidade ocupacional e geográfica.

Absorção do pessoal especialmente habilitados para funções específicas.

Adoção de esquemas de divulgação do trabalho e projeção da imagem dos bons profissionais, em particular, do bom professor.

## RECURSOS FINANCEIROS - RESUMO POR FONTE

F O N T E	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS CAPITAL	TOTAL
Tesouro: SEDU/ES	41.260.800	17.159.400	58.420.200
<i>SEB.</i> SEBS/ES	-	90.000	90.000
SEPL/ES	160.000	-	160.000
Fundo Especial	-	9.300.000	9.300.000
SE/Quota Estadual	5.235.600	10.000.000	15.235.600
SE/Quota Federal	2.047.500	6.300.000	8.347.500
Outros Recursos Federais	2.408.500	10.693.600	13.102.100
Fundo Vale Rio Doce	-	8.000.000	8.000.000
Operações de Crédito (FAS)	29.332.294	19.899.754	1.101.000
Municípios	501.000	600.000	1.101.000
Outras Fontes	-	900.000	900.000
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>80.945.694</b>	<b>82.942.754</b>	<b>163.888.448</b>

## RECURSOS FINANCEIROS - RECURSOS POR PROGRAMA

PROGRAMA	F O N T E	R E C U R S O S		
		DESPESAS CORRENTES	DESPESAS CAPITAL	TOTAL
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	Tesouro:SEDU/ES	376.600	830.700	1.207.300
	SEBS/ES	-	90.000	90.000
	DEF/MEC	225.000	310.000	535.000
	TOTAL	601.600	1.230.700	1.832.300
ENSINO DE 1º GRAU	Tesouro:SEDU/ES	2.294.400	1.723.000	4.017.400
	SE/Quota Federal	1.682.500	6.300.000	7.982.500
	SE/Quota Estadual	3.920.500	10.000.000	13.920.500
	Fundo Especial	-	5.600.000	5.600.000
	Fundo Vale Rio	-	-	-
	Doce	-	4.200.000	4.200.000
	Operações de Crê dito (FAS)	18.271.394	3.494.595	21.765.989
	Municipios	501.000	600.000	1.101.000
	SEPL/ES	160.000	-	160.000
TOTAL	26.829.794	31.917.595	58.747.389	
ENSINO DE 2º GRAU	Tesouro:SEDU/ES	2.010.800	2.515.000	4.525.800
	Fundo Especial	-	3.700.000	3.700.000
	DEM/MEC	570.000	3.633.600	4.203.600
	Fundo Vale Rio	-	-	-
	Doce	-	3.800.000	3.800.000
	Operações de Crê dito (FAS)	11.060.900	16.405.159	27.466.059
TOTAL	13.641.700	30.053.759	43.695.459	
ENSINO SUPERIOR	Tesouro:SEDU/ES	-	5.355.700	5.355.700
	Outras Fontes	-	900.000	900.000
	TOTAL	-	6.255.700	6.255.700
ENSINO SUPLETIVO	Tesouro:SEDU/ES	1.127.500	320.000	1.447.500
	DSU/MEC	200.000	150.000	350.000
	TOTAL	1.327.500	470.000	1.797.500
EDUCAÇÃO ESPECIAL	Tesouro:SEDU/ES	68.000	72.000	140.000
	CENESP/MEC	268.500	-	268.500
	TOTAL	336.500	72.000	408.500
EDUCAÇÃO FÍ SICA E DES PORTO ESTU DANTIL	Tesouro:SEDU/ES	3.306.000	5.465.000	8.771.000
	DED/MEC	-	6.600.000	6.600.000
	TOTAL	3.306.000	12.065.000	15.371.000
ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO	Tesouro:SEDU/ES	30.362.500	698.000	31.060.500
	Quota Estadual	835.100	-	835.100
	TOTAL	31.197.600	698.000	31.895.600

(Continuação)

PROGRAMA	F O N T E	R E C U R S O S		
		DESPESAS CORRENTES	DESPESAS CAPITAL	TOTAL
ADMINISTRA ÇÃO E PLÁ NEJAMENTO	Tesouro:SEDU/ES	1.715.000	180.000	1.895.000
	Quota Estadual	480.000	-	480.000
	Quota Federal	365.000	-	365.000
	SEEC/MEC	720.000	-	720.000
	DEM/MEC	425.000	-	425.000
	TOTAL	3.705.000	180.000	3.885.000
	TOTAL GERAL	80.945.694	82.942.754	163.888.448

Obs: Este quadro não inclui despesas com manutenção de atividades de administração central, regional e escolar (pessoal e outros custeios).

A N E X O

SÍNTESE DO PROGRAMA

DE INVESTIMENTO

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA

ÁREA DE INFLUÊNCIA DA C.V.R.D.

PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO - 1977

PARTE DO ESPÍRITO SANTO

1) O Plano de Ação Setorial para 1977, da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, prevê um dispêndio global da ordem de 164 milhões de cruzeiros, sendo 81 milhões para despesas correntes e 83 milhões para despesas de capital.

O resumo por fontes de recursos financeiros a serem mobilizados e dispendidos, indica que se espera gastar 8 milhões de cruzeiros do Fundo da Vale do Rio Doce, totalmente concentrados em despesas de capital;

2) Dos 8 milhões de cruzeiros a serem mobilizados junto ao Fundo da CVRD, 4,2 milhões destinam-se ao Programa de Ensino do 1º Grau e 3,8 milhões destinam-se ao Programa de Ensino do 2º Grau;

3) Os 4,2 milhões de cruzeiros destinados ao Programa de Ensino do 1º Grau, referem-se ao Sub-Programa "Desenvolvimento do Ensino Regular Urbano".

Mais especificamente, os recursos serão aplicados em construção, ampliação e restauração de Unidades escolares, da seguinte forma:

3.1 - 2,6 milhões de cruzeiros serão aplicados em construção e/ou ampliação de 3 escolas, no Município de Vila Velha, visando a consolidação de 3.600 vagas;

3.2 - 1,6 milhões de cruzeiros serão aplicados em construção e/ou am  
pliação de 1 escola, no município de Cariacica, visando a consolida  
ção de 1.200 vagas;

4) Os 3,8 milhões destinados ao Pro-rama de Ensino do  
2º Grau, referem-se ao Sub-Programa "Ensino Regular". Mais especificamente,  
os recursos serão aplicados na construção de unidades escolares de  
2º grau para expansão da oferta de educação geral e de formação profissio  
nal, pela abertura de 1.440 vagas por turno de 5 horas de funcionamen  
to. Ao lado de outros recursos de outras fontes, serão aplicados para  
construção de 1 Unidade escolar no município de Vitória e outra no  
município da Serra.